

31 MAR 2000

CORREIO BRAZILIENSE

Divisão Publica
PRECATÓRIOS

GDF leiloa lotes para pagar dívida trabalhista

O GDF vai vender terras para quitar dívidas salariais com funcionários da Novacap. Duas decisões judiciais obrigam o pagamento de aproximadamente R\$ 215 milhões, referentes a reajustes salariais, aos servidores da empresa. Para arrecadar o dinheiro, o governo vai leiloar 52 terrenos de 500 m² a 1.300 m², do Lago Norte, no valor de R\$ 54 mil a R\$ 131 mil.

A briga é antiga. A primeira ação é de 1988 e envolve 1.513 funcionários que ganharam um reajuste de 131%. "Tentamos várias vezes negociar com o GDF, mas eles não queriam pagar de jeito nenhum. Propusemos receber dos quase R\$ 200 milhões — valor calculado até 1994 — apenas R\$ 50 milhões, em 36 vezes. Mas o GDF não concordou", diz Marcos Luiz Borges de Rezende, advogado do Sindicato dos Servidores do GDF.

Há 14 anos, o segundo processo transita na Justiça com 209 nomes de servidores. Eles lutam pelo reajuste de 58,52% ganho nas três instâncias judiciais: Junta de Conciliação e Julgamento, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho. "A dívida da segunda ação chega a R\$ 15 milhões. O governo acha que é muito dinheiro e propôs pagar apenas R\$ 6 milhões. Os servidores não aceitaram a proposta", conta Marcos Rezende.

Para o advogado, um leilão não resolverá o problema das duas dívidas. "São poucos lotes para uma dívida muito alta. E por outro lado serão vendidos abaixo do valor de mercado", reclama Marcos. "É triste ver o patrimônio público sendo leiloado por uma negligência do governo", lamenta.

A presidência da Novacap e Vatanábio Brandão Souza, secretário extraordinário para assuntos sindicais foram procurados pelo **Correio** para esclarecerem novas propostas de pagamento do restante da dívida, mas ninguém foi encontrado.

O leilão será hoje, às 10h, na área especial nº 8 - Guará II. Os terrenos que serão vendidos ficam nas quadras QL 02 conjuntos 1, 2 e 3 e na QI 02 conjunto 3 — Lago Norte. No local, falta infra-estrutura: não há asfalto e ligação direta para água e luz e os terrenos ainda não foram demarcados, segundo o leiloeiro Roberto Brágio. "O metro quadrado de cada terreno foi avaliado em R\$ 100 por oficiais de Justiça. Preço de mercado para o lugar", afirma o leiloeiro. Como garantia, os compradores receberão uma carta de arrematação — documento expedido pela 16ª Vara do Trabalho — até 30 dias após o pagamento.